



**Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de  
Leitura e Produção no Ensino Superior  
v. 2 n. 2  
Julho/2015 – Janeiro/2016**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REGIONAL E OUTRAS HISTÓRIAS: UMA  
APROXIMAÇÃO COM O PASSADO DISTANTE DA REGIÃO CENTRAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO.**

***HERITAGE EDUCATION REGIONAL AND OTHER STORIES: AN APPROACH FROM  
THE PAST AWAY FROM CENTRAL REGION OF SÃO PAULO STATE.***

**Dulcelaine Lopes Nishikawa  
Robson Rodrigues  
Talita Mara Catini**

**RESUMO**

O presente artigo busca apresentar o resultado das reflexões metodológicas desenvolvidas pelo grupo de Educação Patrimonial da Fundação Araporã, no âmbito dos trabalhos de licenciamentos ambientais na região central do Estado de São Paulo. Ao se realizar ações educativas no âmbito dos projetos de Educação Patrimonial, temos observado que há uma lacuna nas narrativas históricas bem como no que compete aos materiais didáticos, sendo estes insuficientes para contemplar a diversidade étnica brasileira. Neste sentido, realizamos ações com o objetivo de preencher este vazio por meio de atividades lúdicas que tornam o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmicos, facilitando ao indivíduo a obtenção de conceitos e ideias sobre a temática da diversidade cultural. Serão apresentados os resultados de experiências das ações educativas desenvolvidas em escola da rede estadual de ensino no município de São Carlos (SP), que teve como eixo norteador proporcionar uma atividade diferenciada, levando o educando a refletir a história de sua cidade e região sob um novo olhar a partir da utilização do patrimônio arqueológico.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Ocupação Regional; Recursos Didáticos.

**ABSTRACT**

This paper aims to present the result of methodological reflections that have been developed by the group of Heritage Education of Fundação Araporã in the work of Ambient Licensing in the central region of São Paulo. When conducting educational activities in the Heritage Education Project, we have noted that there is a gap in the historical narratives as well as the responsibility of teaching materials, which are insufficient to cover the Brazilian ethnic diversity. In this sense, we conducted some actions in order to fill this void through playful activities that make teaching and learning more dynamic, facilitating the achievement of the individual concepts and ideas on the theme of diversity cultural. The results of experiments of educational activities developed in state school education in the city of São Carlos (SP), which had as a guideline to provide a different activity, leading the learner to reflect the history of their city and region will be presented under a new perspective from the use of the archaeological heritage.

**Keywords:** Heritage Education; Regional Occupation; Teaching Resources.



# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016**

## **Introdução**

Os trabalhos educativos desenvolvidos pela Fundação Araporã, no âmbito do licenciamento ambiental, tem como pressupostos teóricos a arqueologia pós-processual, a partir da Arqueologia Pública e a Pedagogia Freiriana.

Paulo Freire (1987) ressalta a importância da participação efetiva do indivíduo na construção do conhecimento que é de todos e para todos. A leitura de mundo feita pelo indivíduo por meio de suas vivências deve ser tomada como conhecimento produzido dentro dos valores e práticas culturais. A arqueologia pós-processual dialoga com os preceitos freirianos, pois também defende que o conteúdo por ela elaborado e pesquisado deve ser apropriado pelas comunidades estudadas.

Ao iniciarmos essa reflexão temos como pretensão apresentar a metodologia que adotamos ponderando que é fruto da compreensão de que há ainda lacunas entre as narrativas históricas e os materiais didáticos no que diz respeito à questão da diversidade étnica brasileira, o patrimônio histórico, arqueológico e por que não dizer da memória social. Neste sentido, o que buscamos é desenvolver ações educativas que possibilitem essa reflexão e que proporcionem aos educadores um olhar diferenciado sobre a história da ocupação humana no interior Paulista. Para tanto, optamos por atividades mais lúdicas, pois acreditamos que isso torna o processo de ensino e aprendizagem mais dinâmicos, facilitando ao indivíduos o desenvolvimento de conceitos e ideias a cerca do patrimônio ambiental, arquitetônico, histórico e arqueológico.

Essa proposta que aqui apresentamos foi desenvolvida no processo de licenciamento ambiental de um condomínio habitacional no município de São Carlos (SP) e foi aplicada com alunos da rede estadual de ensino. A sugestão era que os educandos criassem uma história em quadrinhos, na qual teriam a oportunidade de exteriorizar suas impressões sobre as informações adquiridas a respeito do patrimônio cultural local e sobre a diversidade dos povos que viveram na região do seu município.

As histórias em quadrinhos produzidas no decorrer da oficina foram posteriormente editadas para criação de uma animação audiovisual e, posteriormente, retornaram às



# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016**

mãos de seus produtores , ou seja, os educandos, para que esses avaliassem o resultado.

Esta animação apresenta um histórico de ocupação humana regional e poderá ser utilizada como recurso didático em futuros trabalhos de educação. A partir das histórias foi possível observar que os educandos incorporaram novos elementos em seus discursos quando se referem à história de São Carlos e aos povos indígenas atuais. Na aplicação das ações educativas, apresentaremos as bases teóricas que nortearam essa construção, passando a descrever a concepção aplicada a partir da definição de qual o papel da memória social da Arqueologia e da diversidade indígena no processo de desenvolvimento dos trabalhos educativos.

## **A concepção metodológica dos trabalhos de Educação Patrimonial**

Nos trabalhos de educação que desenvolvemos temos como foco principal a difusão e valorização da cultura indígena bem como, do patrimônio cultura regional, com destaque para a arqueológico, assim como a memória social. Mas, entendemos que, não podemos incorrer no erro de definirmos qual a memória que os grupos sociais devem elencar por isso partimos do princípio de que é preciso que os mesmos definam suas escolhas. Sendo assim, buscamos em nossos trabalhos nos aproximar do público, estimulando o interesse pelo patrimônio cultural que os cercam, para que assim os sentimentos de pertença os levem a zelar pelos bens patrimoniais. Como já apontamos anteriormente, a nossa concepção é pautada nos princípios freirianos, pois acreditamos que para uma efetiva valorização do patrimônio, seja ele ambiental, histórico, arqueológico ou cultural, é necessário um processo de humanização do conhecimento. Nesse aspecto, Paulo Freire propõe, de maneira simples, mas objetiva, que essa relação não pode ser de dominação do homem pelo homem, mais sim, uma relação entre sujeitos da ação. Igualmente responsáveis e cooperadores entre si e não só entre si, mas também com a natureza. ( FREIRE, 1989).

Quando pensamos a educação patrimonial retiramos essas concepções de Freire como os princípios presentes nas nossas ações, pois o que se pretende é romper com a



# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior**

## **v. 2 n. 2**

### **Julho/2015 – Janeiro/2016**

concepção de que as sociedades pré-coloniais são inferiores a nossa, promovendo assim uma efetiva compreensão sobre a diversidade existente na nossa sociedade, entendendo a dialética dos processos históricos. Observamos ainda na atualidade que a produção da cultura material e simbólica dessas sociedades é vista como exótica ou incipiente. Paulo Freire (1987) afirma que para uma efetiva transformação social exige a participação efetiva dos sujeitos envolvidos. Portanto, compreendemos que se faz necessário construir uma efetiva participação dos grupos envolvidos para que de fato se altere a concepção equivocada que ainda existe acerca da diversidade cultural brasileira.

Freire argumentava que era preciso ler o mundo para poder transformá-lo. Por esta razão sua teoria carrega uma visão crítica, superando a mera reprodução técnica. Ressalta a ideia de que é preciso valorizar o conhecimento dos sujeitos, assim como a sua produção cultural, o que possibilita uma relação de pertencimento e identidade com os bens patrimoniais e culturais, a consciência de seus direitos, e a inserção dos sujeitos de forma crítica na realidade.

Na medida em que os sujeitos vão organizando o seu modo de inserção social, produzem uma forma cada vez mais justa de pensar sua realidade a partir da problematização de seu mundo e da análise crítica de sua prática, podendo atuar de modo mais seguro e consciente no seu meio social. Desse modo contribuirá para que os indivíduos se assumam enquanto sujeitos do seu fazer, ou seja, que desenvolvem uma práxis. Vale dizer que, enquanto sujeitos transformadores da realidade social, com seu trabalho criam um novo mundo. Esta nova realidade originada pela atuação social dos sujeitos organizados na criação de um mundo diferente do anterior se constitui no domínio da cultura que se projeta na história social da humanidade. (FREIRE, 1987).

A ideia de responsabilidade social sobre os patrimônios é deveras recente, mas passa a ganhar força com movimentos modernistas ainda na primeira metade do século XX com a apropriação dos espaços culturais por parte dos movimentos sociais (MARANDINO, 2008). Na tentativa de trazer a tona esta responsabilidade social, aparentemente esquecida pelas gerações do século XXI, compreendemos que não basta criar atividades e palestras que se aplicam como um molde em qualquer contexto ou realidade, mas sim reconhecer o patrimônio local e mostrá-lo às comunidades com um

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

## v. 2 n. 2

### Julho/2015 – Janeiro/2016

novo olhar, aquele as vezes esquecido pelos mais jovens e sempre presente na memória dos mais velhos.

Este movimento de valorização do patrimônio cultural local provoca o sentimento de pertencimento e guia nossas ações, tendo-se mostrado um bom canal de comunicação entre o público envolvido nas ações educativas e os educadores da Fundação Araporã.

Na atualidade a memória tem sido compreendida como fator importante para a construção da história coletiva, mas ainda é vista como sendo de menor importância frente aos registros históricos. No entanto, de fato ela precisa ser reavivada, pois muitos dos problemas sociais que vivenciamos na atualidade é fruto da falta de uma memória histórica, que nos impossibilita de caminharmos no sentido da superação de problemas vividos, pois não efetivamos uma reflexão de fato ponderada sobre essa memória para evitar a retomada de práticas historicamente condenáveis.

Ao se trabalhar a questão da memória a nossa preocupação é superar essa visão equivocada e elitista que não permite aos indivíduos perceberem que são produtores de cultura. Por muito tempo o que foi patrimonializado ou valorizado foi a concepção de belo e da memória de algumas figuras nacionais consideradas ilustres. Os museus tiveram um importante papel para a manutenção dessa concepção e como bem define Pedro Funari (2001), nesse momento histórico,

O sistema educacional e seus auxiliares, bem como, os departamentos pedagógicos em museus, foram definidos, tradicionalmente, como importantes ferramentas para a reprodução das relações sociais, transmitindo um saber verticalizado, reforçando ideologicamente estruturas hierárquicas e reproduzindo desigualdades sociais e culturais (FUNARI, 2001, p.51).

Em outras palavras, “*patrimonializava-se a história dos vencedores*”. Caso os demais grupos sociais fossem abordados, assumiam uma caracterização secundária, apenas como um pano de fundo da história da pujança econômica e social de uma parte da sociedade. Como exemplo, podemos citar a patrimonialização da história da expansão cafeeira no interior paulista.

Quantas vezes ao se visitar os museus históricos e pedagógicos não observamos a vestimenta da época dos senhores do café, o maquinário, os costumes, mas não encontramos presente nenhum retrato do conflito entre escravos e proprietários da

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016

fazenda de café, ou mesmo dos trabalhadores imigrantes. O que podemos observar é que esses espaços propunham uma visão positiva da expansão cafeeira, mas deixava de lado os outros atores sociais que estiveram presentes nesse processo, como bem define Funari (2001) no Brasil houve uma tendência para não patrimonializar o legado africano e indígena, nem tão pouco o dos subalternos e isso reflete na concepção que temos hoje dos diversos segmentos sociais.

## **O papel da Arqueologia no processo metodológico da Educação Patrimonial**

A Arqueologia possibilita uma leitura específica do mundo, pautada na materialidade. Na obra de Paulo Freire intitulada Pedagogia do Oprimido ele propõe a utilização de temas geradores e conteúdos programáticos que possibilitem entender e discutir as relações homens-mundo (FREIRE, 1987). Entendemos que a proposta do autor se adéqua a nossa prática pedagógica já que partimos da materialidade para a compreensão da dinâmica histórica e cultural. A Arqueologia nos permite partir do mundo concreto para compreender o homem enquanto produtor de cultura, que é criada e recriada. Nesse sentido, propomos a compreensão da relação do homem na natureza e com a natureza, por meio da cultura material, rompendo com a visão dicotômica que se caracteriza nesse processo.

Ao se propor essa reflexão espera-se atingir um primeiro conceito que consiste na produção de cultura por meio do trabalho e essa produção está diretamente associada à subsistência, movimentos desenvolvidos nos primórdios da história da humanidade.

Nesse aspecto passamos a explorar a ação da produção humana não só como uma necessidade, mas também como construção do conhecimento do ser humano em sua relação com a natureza. Pois é na natureza que ele explora as possibilidades das matérias primas para solucionar suas necessidades básicas e se inspira para elaborar a sua produção de conhecimento, produzindo assim, a cultura.

Dirá Lévi-Strauss (1989) que as diferentes técnicas desenvolvidas pelo ser humano para sustentar suas conquistas e conhecimentos “*supõe séculos de observação ativa e*

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016

*metódica, hipóteses ousadas e controladas, a fim de rejeitá-las ou confirmá-las através de experiências incansavelmente repetidas” (LÉVI-STRAUSS, 1989, pag. 29).*

São saberes adquiridos ao longo de suas vivências que levam os sujeitos ao entendimento de que uma determinada rocha é melhor para lascar do que a outra, de que o barro recolhido próximo a cabeceira de um rio é o melhor para fazer cerâmica. Modos de pensar que tem a ver com as escolhas humanas. Segundo Paulo Freire, essa situação é possível porque o homem em relação com o mundo fez da compreensão desse objeto o seu conhecimento. Esse sistema será possível porque submetendo o objeto por meio do trabalho criou um processo de transformação e aprendizagem. E será dessa forma que tudo começa a ser produzido, ou seja, assim fez sua roupa, seus utensílios, seus instrumentos de trabalho, de caça e pesca, suas moradias, dentre tantas outras coisas.

Nossa perspectiva de trabalho converge com as ideias de Bezerra, em que a apresentação *“da arqueologia ao público é algo premente tendo em vista que é crescente a destruição do patrimônio arqueológico registrado ao redor do mundo”*. (BEZERRA, 2002, p.13)

Nesse sentido, a importância de se desenvolver outra relação com o patrimônio arqueológico está associada a duas perspectivas de grande importância. A primeira está associada à concepção de que os materiais nos remetem ao passado e que, portanto, fazem parte da história e da memória de uma determinada comunidade. E a segunda está associada a nossa contemporaneidade tendo em vista que, são encontradas na paisagem do presente. O que nos coloca uma questão pertinente: a da necessidade de se preservá-la enquanto espaço da construção da memória e do ambiente.

Na nossa perspectiva de análise, as questões ambientais e de preservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural caminham juntas. Entendemos, no entanto, ao que compete às questões ambientais em nosso país, que podemos dizer que há um avanço pelo fato de que a legislação estabelecer a necessidade de se preservar o Meio Ambiente e seu patrimônio, evidenciando o papel da União em preservá-lo e mantê-lo para as atuais e futuras gerações.

Muito embora, se encontre previsto no âmbito legal, isso não garante melhor atuação por parte da sociedade como um todo no que compete a sua preservação.



# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016**

Podemos dizer que o mesmo acontece com a questão Patrimonial, pois não estabelecemos uma relação de pertencimento e uma construção de identidade com os espaços onde se encontram o patrimônio cultural em nossa sociedade. É necessário edificar e solidificar uma relação de apropriação e pertencimento e principalmente compreender esses espaços como lugares de todos, evidenciando seu caráter público.

Neste sentido, é importante ressaltar que a sensibilização dos munícipes por meio de instrumentos educacionais que estimulem a valorização de seus bens patrimoniais, tanto materiais como imateriais e ambientais, podem contribuir para o aprimoramento da gestão do patrimônio local, fortalecer a memória de seu povo e consolidar as ideias presentes no âmbito das políticas públicas em desenvolvimento no país na construção da cidadania.

A nossa perspectiva é interdisciplinar, pois compreendemos que para se desenvolver uma proposta de Educação Patrimonial que avalie também elementos da Educação Ambiental só é possível por meio de uma compreensão dos diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, nossa atuação se fundamenta na leitura de algumas ideias presentes na da Arqueologia da Paisagem, a partir dos estudos de Morais (2000), que nos auxilia na compreensão das questões ambientais. E no que compete aos aspectos da Educação Patrimonial a referencia é o trabalho desenvolvido por Bezerra (2002). A Arqueologia da Paisagem vai introduzir no debate arqueológico fatores que serão de fundamental importância, pois trazem informações, por exemplo, que correspondem às escolhas de grupos sociais locais para às implantações das habitações e aldeias, evidenciando uma complexidade a ser analisada já que permite agregar uma valorização ambiental aos sítios arqueológicos. Ao se estudar estes contextos culturais no âmbito intra-sítios trazem uma gama de informações para os estudiosos do meio ambiente a respeito do modo como um determinado grupo social se organiza e ocupa o espaço na manutenção de sua existência.

Essa leitura é importante, pois se torna possível entender que entre as populações pretéritas as escolhas de determinadas áreas para a implantação de suas aldeias eram definidas por características físicas, bióticas, culturais e geográficas que melhor se

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

## v. 2 n. 2

### Julho/2015 – Janeiro/2016

adequassem às necessidades do grupo. Esse procedimento de escolha do uso e ocupação do espaço confirmam as relações de troca entre o homem e a natureza.

O conhecimento adquirido por intermédio da informação histórica, geográfica e ambiental pode proporcionar no processo educativo a ampliação de seu universo do saber à medida que permite o entendimento de como era estabelecido às relações que os indivíduos tinham com o Meio Ambiente, evidenciando a possibilidade de uma ação educativa não só no que compete aos aspectos do meio, mas também no que compete ao reconhecimento da necessidade de preservação do patrimônio arqueológico, evidenciando a iminência de se construir uma identidade associando sociedade, meio ambiente e patrimônio arqueológico.

Cabe aqui uma reflexão: hoje, em nossa sociedade, a produção material é insustentável e temos vivido reflexos dessa relação, por isso olhar o passado permite entender a importância do legado das sociedades pré-coloniais como exemplos para as sociedades do presente. Nesse sentido, promover uma reflexão crítica junto ao público alvo possibilita que se faça com que os mesmos entendam que os seres humanos em qualquer tempo e espaço são produtores de cultura e sujeitos de sua história. E essa produção se dá por meio da relação ser humano e meio ambiente, num processo contínuo de transformação. De acordo com Miller (2009)

O ambiente, longe de ser estático, modifica-se e é modificado pelas ações humanas, que também se modificam (através do acúmulo de informação) durante o processo (um exemplo de historicidade). Tais relações circulares intercausais múltiplas só se tornaram compreensíveis com o advento da Teoria de Sistemas (MILLER, 2009, p.172).

Assim, como nas sociedades atuais, também nas sociedades pré-coloniais a produção material possuía aspectos sociais, econômicos e simbólicos, pois uma vasilha de cerâmica que era utilizada cotidianamente para cozimento de alimentos poderia, num outro momento, ser utilizada para o enterramento de mortos da comunidade.

Focamos nossa reflexão na Arqueologia e na temática indígena, buscando sempre romper com paradigmas e estereótipos reproduzidos pela sociedade no que diz respeito às temáticas associadas ao passado excluído da história regional como no caso indígena e sua cultura. É sabido que os materiais didáticos disponíveis para os professores são insuficientes para uma abordagem satisfatória destes temas. Assim, uma de nossas

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

## v. 2 n. 2

### Julho/2015 – Janeiro/2016

propostas principais consiste em oferecer subsídios para que os educadores possam trabalhar tais temáticas na escola no âmbito dos parâmetros curriculares, ou seja, atender a Lei nº 11.645/2008<sup>1</sup> de forma satisfatória e sem cair na reprodução de uma visão generalizante sobre os povos indígenas no Brasil.

Nesta perspectiva, a Arqueologia se constitui como uma ciência imprescindível para o desenvolvimento de uma boa ação educativa, seja ela pontual, como nos projetos de licenciamento, ou contínua, como a Fundação Araporã vem desenvolvendo em parcerias com outras instituições sociais e de ensino. Para que esta ciência seja adotada como uma ferramenta educativa e política, é necessário antes de tudo compreendê-la enquanto ciência, desmistificando o caráter aventureiro e exótico que se prolifera pela mídia. Assim, nossas ações partem do rigor da Arqueologia e do fazer arqueológico, muitas vezes desconhecidos pelo grande público, mas que procura mostrar que a cultura é produzida por todos os grupos sociais no passado e no presente.

Em nossas ações percebemos que a Arqueologia ainda está muito distante do dia a dia dos brasileiros, sendo recorrente a confusão com outras áreas do conhecimento, principalmente com a Paleontologia. Outro fator muito observado é a ideia da arqueologia enquanto ciência que envolve aventuras grandiosas e valiosas descobertas, sendo impossível existir uma arqueologia no Brasil. Diante dessa observação é válido ressaltar que o imaginário coletivo abriga equívocos que precisam ser superados. É urgente o entendimento de que esse modo de conceber a produção cultural dos diferentes grupos sociais de modo preconceituoso os tem inferiorizado e posto a parte da sociedade, gerando ações violentas e discriminatórias.

Os sítios arqueológicos estudados pelos arqueólogos se apresentam como possibilidades de compreensão da cultura material de um grupo humano e isso é muito rico, pois nós trás a possibilidade de pensar e refletir a trajetória humana ao longo da sua história.. Podemos então descrever a Arqueologia como um grande quebra-cabeças da história sociocultural da humanidade, no qual os artefatos e os ecofatos são peças deste

---

<sup>1</sup> A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior**

## **v. 2 n. 2**

### **Julho/2015 – Janeiro/2016**

jogo e nos auxiliam a compreender como o ser humano se constrói na diversidade multicultural.

Neste sentido, buscamos em nossas ações mostrar o quão grandioso e importante é o patrimônio arqueológico local, na tentativa de sensibilizar o público e fazer com que este se o reconheça e o valorize enquanto parte de si, de seu passado e também de seu presente, contribuindo assim, para a construção de novas identidades, na esfera individual e, sobretudo na esfera coletiva.

De acordo com Rodrigues e Nishikawa (2012) é preciso romper com a visão da Arqueologia enquanto exótica, aventureira ou como espaço de divertimento. É imprescindível desfazer essa visão e colocar para o público uma perspectiva da Arqueologia enquanto um instrumento para a construção da memória, da história, da identidade e de cidadania.

De acordo com Funari (2006), a Arqueologia era vista como sendo associada apenas aos conhecimentos dos primórdios, dos relatos das coisas antigas. Só mais recentemente, por conta do campo de atuação e de envolvimento com as Ciências Sociais, é que Arqueologia vem se constituindo de forma interdisciplinar, promovendo a compreensão de que, não se propõe apenas o sentido dos acontecimentos e dos artefatos desenterrados, mas configurar que se trata de uma ciência em construção que estuda os sistemas sociais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o correr do tempo, a partir porção da totalidade material socialmente apropriada, ou seja, artefatos, biofatos e ecofatos (FUNARI, 2006).

É importante compreender, conforme descreve Funari (2006), que os materiais arqueológicos podem ser vistos como indicativos das relações sociais que foram produzidos, uma vez que atuam como mediadores das atividades humanas, podendo indicar comportamentos de uma sociedade. Para que essa situação ocorra é fundamental entender a reintegração dos artefatos a um contexto cultural. Essa também tem sido a nossa preocupação ao evidenciarmos a existência de uma relação dos artefatos com quem os produziu fazendo-os exercer novas funções de mediação entre o passado e o presente.

## **A ação educativa e suas propostas**

A ação educativa que gerou a reflexão desse artigo foi realizada no âmbito de um projeto de licenciamento ambiental, portanto, visa atender a uma normatização legal, que prevê o diagnóstico e prospecção de potenciais contextos arqueológicos em áreas de empreendimentos. Este patrimônio arqueológico deve ser protegido de acordo com a Lei Federal nº 3.924/61.

O trabalho foi desenvolvido em uma escola da rede estadual de ensino do município de São Carlos (SP) com alunos do ensino médio. Optamos por trabalhar com atividades práticas que contribuem com a interiorização do conhecimento. Assim, utilizamos diversas maneiras de apresentar o patrimônio cultural, arqueológico, arquitetônico e ambiental, sempre dentro de uma perspectiva mais lúdica e prática (MAURICIO, 2008).

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas estão associadas ao referencial metodológico da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1998). Esta metodologia consiste em fomentar o estímulo para ações e de conscientização patrimonial por meio dos objetos.. Temos, portanto, um estimulador de ações e de conscientização patrimonial por meio dos objetos, pois esses são fragmentos de memória e trazem traços de momentos históricos de gerações passadas sendo utilizados para empreender a oficina. Segundo Meneses (1998), os objetos são bons representantes da memória simplesmente pela sua permanência no tempo.

Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente. (MENESES, 1998: p. 90).

No contexto das ações educativas desenvolvemos duas atividades. A primeira consistiu na confecção de histórias em quadrinhos que tiveram por objetivo abranger os seguintes eixos temáticos: Primeiros habitantes; Diversidade étnica; Patrimônio Cultural de São Carlos e Como trabalha o Arqueólogo. A Segunda atividade foi a oficina de isogravura<sup>2</sup> que abordou a temática da representação gráfica de diferentes povos

---

<sup>2</sup> Técnica de xilogravura aplicada em uma base de isopor e já descrita em Rodrigues Et al (2013) no artigo: "Diversidade étnica e representação gráfica; compreendendo a construção da identidade cultural e

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior

## v. 2 n. 2

### Julho/2015 – Janeiro/2016

indígenas brasileiros para proporcionar um envolvimento dos educandos com a temática da diversidade étnica. De acordo com Rodrigues et al. (2015), a perspectiva dos agentes de Educação, facilitadores do processo, é a construção de possibilidades didáticas, com o intuito de transmitir conhecimentos bem fundamentados sobre a temática indígena. Considerando a insuficiência no que compete a educação formal quando o assunto é diversidade étnica, adotamos a valorização da mesma como um dos pilares de nossos trabalhos.

A isogravura se tornou uma atividade atrativa para abordar esta temática considerada por muitos educadores um verdadeiro desafio. A proposta desta oficina é abranger o universo material e simbólico dos povos indígenas atuais e para tanto, optamos por trabalhar com as representações gráficas, constantemente presentes no cotidiano destes grupos.

Como o recorte espacial em nossa concepção é o regional, a aproximação dos educandos se deu com a diversidade étnica brasileira, porém com foco nas populações indígenas do estado de São Paulo. A partir desta atividade foi possível romper com ideias pré-concebidas como a da existência de um “índio” genérico”. Essa intervenção é feita por meio da apresentação de grafismos que estão carregados de significados dos universos sociais e simbólicos, e que carregam por isso a identidade de um grupo, estes se perpetuam no tempo e estão constantemente passando por um processo de ressignificação por parte dos indivíduos desse grupo e que expressam a identidade individual e coletiva.

As nossas ações sempre visam à valorização da realidade local, pois facilita a aproximação com a comunidade. Nesse contexto o trabalho teve início com um estudo e levantamento prévios dos bens patrimoniais do município envolvido, bem como se estendendo para a região. Com algumas informações em mãos foi possível apresentar aos participantes da ação informações que vão além da história oficial do município. Toda atividade prática, no entanto, é precedida por uma fala introdutória na qual a equipe pontua os conceitos básicos da Arqueologia e da Educação Patrimonial, utilizando como base a cultura local, a fim de provocar o sentimento de reconhecimento e pertencimento

---

ambiental dos diferentes povos indígenas por meio da sua arte, publicado na Revista de Arqueologia Pública Anais da I Semana de Arqueologia, 2013.



# **Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior**

## **v. 2 n. 2**

### **Julho/2015 – Janeiro/2016**

dos participantes, levando-os a refletir a respeito da história de sua cidade e região sob um novo olhar a partir da utilização do patrimônio arqueológico.

#### **Descrevendo a Oficina de Quadrinhos**

Optamos por trabalhar com história em quadrinhos devido a sua ludicidade e proximidade com o universo jovem. Segundo Barbosa (2010) este caráter está associado à mistura das formas de linguagens (textos e imagens), pois contribuem no desenvolvimento das capacidades reflexivas, além de ser um atrativo e uma forma de lazer.

Assim, após a introdução dos eixos temáticos ora propostos, os educandos criaram uma história em quadrinhos, na qual teriam a oportunidade de exteriorizar suas impressões sobre as informações adquiridas a respeito do patrimônio cultural local e sobre a diversidade dos povos que viveram na região. Ao final da ação as histórias foram unidas e editadas, resultando em uma animação audiovisual que revela o histórico de ocupação regional.

O material produzido poderá ser utilizado como recurso didático em novos trabalhos de educação. A partir das histórias foi possível notar que os educandos incorporaram novos elementos em seus discursos quando se referem a história de São Carlos e aos povos indígenas atuais<sup>3</sup>.

Após as ações a equipe de educação retornou à escola a fim de apresentar a animação audiovisual criada a partir das histórias em quadrinhos. Cada aluno ganhou um DVD contendo a animação e um vídeo com imagens das atividades e depoimentos dos participantes. Notamos pelos depoimentos que os próprios educandos pontuaram a relevância de ações educativas, e como essas dinâmicas propostas levaram à ampliação da compreensão tanto do período histórico quanto do período pré-colonial. O destaque do patrimônio local nas ações também foi considerado uma das ferramentas importantes para a aproximação com este passado.

---

<sup>3</sup> A animação audiovisual encontra-se disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=3QxpLaqrPBw>

# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016

A partir da avaliação dos educados, foi possível perceber que, de fato, muito do que levamos para a sala de aula fará parte dos discursos dos educandos em relação à realidade plural dos grupos indígenas brasileiros, porém, percebemos que ainda persistem confusões no que se refere ao trabalho do arqueólogo e na relevância de um achado arqueológico para a comunidade, pois muito embora nos pautássemos na arqueologia regional, os alunos ainda trouxeram os subsídios adquiridos por meio de filmes e comunicação midiática.

A intenção era mostrar o histórico de ocupação local para além do que está nos livros didáticos, na memória dos memorialistas e até mesmo nos museus históricos, que em grande parte mostram versões parciais de história social.

Nesta ação trabalhamos a ideia de uma ocupação humana remota, na qual os primeiros habitantes da região (caçadores-coletores) possuíam meios de produção específicos: utilizavam dos recursos naturais abundantes na região para produzirem seus utensílios e habitações e armas. Tinham um modo próprio de organização social baseada na divisão sexual do trabalho e que ocupavam um vasto território<sup>4</sup>. Mostramos que depois destes, outros grupos étnicos chegaram na região, como, os ceramistas Tupi e Jê, e que também tinham formas próprias de viver e pensar mundo, expressando suas particularidades na cultura material. Mostramos ainda que estes grupos integram a população brasileira atual, que lutam por seus direitos no dia a dia e que não estão distantes de nós, nem no tempo nem no espaço. Para isso trouxemos exemplos diversos de grupos indígenas que vivem no estado de São Paulo, no campo e nas cidades, sem perder sua cultura ou abandonarem sua identidade.

É importante ressaltar que a Arqueologia foi tomada como a ciência capaz de promover a aproximação entre o passado e o presente, para isso foi necessário apresentar aos educados participantes da ação em que consiste a Arqueologia, qual sua importância e como o profissional da arqueologia atua diante desse conhecimento.

## Considerações finais

---

<sup>4</sup> Para saber mais sobre ocupação de caçadores-coletores e padrões de assentamento na região de Araraquara ler SANTOS, 2010.



# Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de Leitura e Produção no Ensino Superior v. 2 n. 2 Julho/2015 – Janeiro/2016

Devemos, enquanto pesquisadores-educadores, fomentar uma atitude reflexiva a respeito da diversidade étnica brasileira e, principalmente, possibilitar aos educadores e educandos das redes de ensino, bem como na sociedade, uma relação ética com o patrimônio cultural existente. Entendemos que a Arqueologia é uma ferramenta importante nesse processo de construção, pois permite a sensibilização e a educação a respeito da importância do patrimônio cultural, arqueológico e ambiental. E este processo só será possível se conseguirmos proporcionar uma ação reflexiva e uma mudança de comportamento no seio de nossa sociedade.

Para tanto é preciso estar ciente de que o primeiro passo será compreender que todos os grupos sociais são produtores de cultura e que não há uma cultura menor ou mais importante que a outra, o que existe, sim, é uma diversidade cultural. No entanto, compreendemos que isso só será possível se observarmos o ser humano na sua totalidade e no seu querer fazer ação-reflexão, conforme explica Freire (1981).

O que temos observado em nossos trabalhos educativos é que a escolha por oficinas tem reforçado essa compreensão, pois possibilitam às pessoas a experimentação de conceitos complexos, mas de maneira acessível e lúdica. Considerando que tais ações são partes de um todo que é a pesquisa arqueológica, entendemos que cabe aos educadores do sistema de ensino romper com a visão da Arqueologia enquanto algo exótico, sendo necessário apresentar para o público uma perspectiva da Arqueologia enquanto espaço para a construção e valorização da memória, da história, da identidade e da cidadania.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, A, Como **Usar as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula**. Edição Digital, editora contexto, ano 2010.

BEZERRA, M, de A, 2002. **O australopiteco corcunda. As crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola**. TESE defendida, na Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia MAE/USP-SP: 180 p.

FREIRE, P. **A Ação cultural para a liberdade, e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.149 p.



**Revista Iniciação & Formação Docente Dossiê do X Seminário de  
Leitura e Produção no Ensino Superior  
v. 2 n. 2  
Julho/2015 – Janeiro/2016**

- FREIRE, **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967 (19ª Edição 1989).
- FUNARI, P. P. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 41, pp. 23-32, 2001.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2006. 125p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Ciência do Concreto**. In: **O Pensamento Selvagem**. Ed. Papirus. 8ª. Edição. Campinas, SP. 1989.
- MARANDINO, M. (Org.) **Educação em Museus: a mediação em foco**. FEUSP. São Paulo, 2008.
- MAURICIO, Juliana Tavares. **Aprender brincando: o lúdico na aprendizagem**. 2008. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/importanciadabrinquedoteca1/index.php?pagina=9>. Acessado em 19/10/2015.
- MENESES, U. T. B. de. **Memória e Cultura Material**. In: *Estudos Históricos*, 89-103, 1998.
- MILLER, Tom. **Usos da Arqueologia na sala de aula**. *Revista HISTEDBR On-line Campinas*, n.34, p.167-179, jun. 2009.
- MORAIS, J. L. **Tópicos de arqueologia da paisagem**. *Revista do Museu de Arqueologia, Universidade de São Paulo*- nº. 10, ISSN 0103-9709. 03-30, 2000.
- RODRIGUES, R. NISHIKAWA, D. L. **Relatório Educação Patrimonial: Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial na Área de Implantação do Loteamento Parque Faber Castell III, Município de São Carlos, Estado de São Paulo**. São Carlos, junho de 2013.
- RODRIGUES, R. NISHIKAWA, D. L. **Arqueologia, Educação e Patrimônio Cultural: conhecer para preservar**. Araraquara/SP: Fundação Araporã, 2012.
- RODRIGUES, R. Et al. **Diversidade étnica e representação gráfica: compreendendo a construção da identidade cultural e ambiental dos diferentes povos indígenas por meio da sua arte, disponível em** <http://www.nepam.unicamp.br/arqueologiapublica/revista/anais/arqueologia-e-tematica-indigena/PDFs/arquivo6.pdf> acessado em 24/09/2015.
- THIOLLENT, Michel (Coordenador). **Extensão Universitária e Metodologia Participativa**. II Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão. COPPE/UFRJ, 1998.